

Santa Fé Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santa Fé Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de maio de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.232	2.021	Fornecedores	13	445	571
Contas a receber	8	4.762	6.459	Impostos a recolher		223	619
Tributos a recuperar		914	887	Imposto de renda e contribuição social		368	294
Repactuação do risco hidrológico	9	192	175	Arrendamentos	16	116	129
Outros ativos	10	94	3.581	Dividendos a pagar	17	7.685	5.458
Total do ativo circulante		<u>9.194</u>	<u>13.123</u>	Outros passivos		<u>11</u>	<u>55</u>
				Total do passivo circulante		<u>8.848</u>	<u>7.126</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Repactuação de risco hidrológico	9	1.696	1.888	Arrendamentos	16	<u>98</u>	<u>223</u>
Outros ativos	10	504	504	Total do passivo não circulante		<u>98</u>	<u>223</u>
Imobilizado	11	129.971	130.255				
Intangível	12	<u>8.202</u>	<u>1.067</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>140.373</u>	<u>133.714</u>	Capital social	17 a)	86.371	86.371
				Reserva de lucros	17 b)	<u>54.250</u>	<u>53.117</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>140.621</u>	<u>139.488</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>149.567</u></u>	<u><u>146.837</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>149.567</u></u>	<u><u>146.837</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		<u>38.332</u>	<u>38.110</u>
RECEITA LÍQUIDA	18	38.332	38.110
Custo do fornecimento de energia elétrica	19 a)	(2.338)	(11.785)
LUCRO BRUTO		<u>35.994</u>	<u>26.325</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19 b)	(3.968)	(3.787)
Outras (despesas) receitas	19 c)	<u>1.074</u>	<u>1.275</u>
		(2.894)	(2.512)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>33.100</u>	<u>23.813</u>
Receitas financeiras		590	536
Despesas financeiras		<u>(56)</u>	<u>(14)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	20	534	522
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.634	24.335
Imposto de renda e contribuição social	14	(1.274)	(1.353)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>32.360</u>	<u>22.982</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$	22	0,375	0,266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.360	22.982
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>32.360</u>	<u>22.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		86.371	7.258	39.149	-	132.778
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.982	22.982
Dividendos adicionais distribuídos	17 c)	-	-	(10.827)	-	(10.827)
Constituição de reserva legal	17 c)	-	1.149	-	(1.149)	-
Dividendo mínimo obrigatório	17 c)	-	-	-	(5.458)	(5.458)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	16.375	(16.375)	-
Outras movimentações em reserva de lucros		-	-	13	-	13
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		86.371	8.407	44.710	-	139.488
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.360	32.360
Dividendos adicionais distribuídos	17 c)	-	-	(23.542)	-	(23.542)
Constituição de reserva legal	17 c)	-	1.618	-	(1.618)	-
Dividendo mínimo obrigatório	17 c)	-	-	-	(7.685)	(7.685)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	23.057	(23.057)	-
Outras movimentações em reserva de lucros		-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		86.371	10.025	44.225	-	140.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		33.634	24.335
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	11 e 12	4.306	4.075
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	2.331	2.265
Repactuação do risco hidrológico	12	(7.772)	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		1.697	(2.156)
Impostos a recuperar		(27)	5
Repactuação do risco hidrológico		175	160
Outros ativos		3.487	(3.484)
Fornecedores		(126)	(706)
Imposto e contribuição a pagar		(396)	465
Outros passivos		(45)	26
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.200)	(1.371)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		<u>36.066</u>	<u>23.614</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do imobilizado	11	(5.717)	(10.400)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(5.717)</u>	<u>(10.400)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Arrendamentos	16	(138)	352
Dividendos pagos	17 c)	(29.000)	(16.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(29.138)</u>	<u>(15.648)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.211</u>	<u>(2.434)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2.021	4.455
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	3.232	2.021
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.211</u>	<u>(2.434)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada integral da Statkraft Energias Renováveis S.A. (Statkraft), tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

A Companhia possui autorização para atuar como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros com 29.000 KW de potência instalada, por meio da Resolução da ANEEL nº 482/01, pelo prazo de 30 (trinta) anos, vigente a partir de 13 de novembro de 2001, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.1. Repactuação do Risco Hidrológico (Liminar GSF - “Generation Scalling Factor”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20.

A Companhia recebeu a extensão da concessão fundamentada por lei em 1,85 anos, garantindo o novo prazo de concessão para setembro de 2033 (anteriormente novembro de 2031), conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Aplicável até 30 de setembro de 2019

A depreciação do ativo imobilizado foi calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada, limitados ao prazo de autorização (vide nota explicativa nº 10).

Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019

A partir de 1 de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

3.8. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, pelos custos correspondentes a direito de uso de serviços e pelo direito de extensão da concessão providos pela repactuação do risco hidrológico. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização.

3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

3.10. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento a entrega do volume de energia elétrica valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3.13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

3.15. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 13 de novembro de 2001 a Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado (substancial revisão da vida útil dos bens) os quais passaram a ser depreciados pela vida útil a partir de julho de 2012.

3.16. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2021:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).
- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que se refere à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) A mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Anualmente a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2021.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

5. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria do da Statkraft Energias Renováveis S.A., sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo que garantem o recebimento dentro de certos limites de geração de energia independente do volume mitigando a exposição a esse risco.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.232	2.021
	<u>3.232</u>	<u>2.021</u>
<u>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Contas a receber	4.762	6.459
	<u>4.762</u>	<u>6.459</u>
<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Fornecedores	445	571
Dividendos	7.685	5.458
Outros passivos	11	55
	<u>8.142</u>	<u>6.084</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	23	1
Aplicações financeiras com liquidez imediata	3.209	2.020
	<u>3.232</u>	<u>2.021</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99,00% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	4.517	4.175
Saldo de mercado de curto prazo	<u>245</u>	<u>2.284</u>
	<u>4.762</u>	<u>6.459</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

9. REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

O valor de R\$1.888 apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.063 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao ativo reconhecido em decorrência da Resolução Normativa nº 684 publicada em 11 de dezembro de 2015, onde a ANEEL estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

10. OUTROS ATIVOS

O saldo de outros ativos pode ser apresentado conforme a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Adiantamento para fornecedores	-	3
Prêmio de seguro a receber	-	3.500
Seguros a apropriar	94	78
Depósitos judiciais	<u>504</u>	<u>504</u>
	<u>598</u>	<u>4.085</u>
Apresentados como:		
Circulante	94	3.581
Não circulante	504	504

11. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	<u>Terrenos</u>	<u>Reservatório, Barragens e Adutoras</u>	<u>Ferramentas, Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Linhas de transmissão</u>	<u>Arrendamentos</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.200	70.407	32.942	7	254	12.236	4.139	-	1.989	126.174
Custo histórico	4.200	91.147	45.675	13	413	15.517	5.354	-	1.989	164.308
Depreciação acumulada	-	(20.740)	(12.733)	(6)	(159)	(3.281)	(1.215)	-	-	(38.134)
Adições	-	-	10	-	23	-	-	349	10.017	10.399
Baixas custo	-	(2.637)	(123)	-	-	(67)	(26)	-	(60)	(2.913)
Baixas depreciação	-	577	34	-	-	29	7	-	-	647
Transferências custo	-	-	45	-	6	-	-	-	(51)	-
Depreciação	-	(2.009)	(1.534)	(1)	(24)	(322)	(152)	(10)	-	(4.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.200	66.338	31.374	6	259	11.876	3.968	339	11.895	130.255
Custo histórico	4.200	88.510	45.607	13	442	15.450	5.328	349	11.895	171.794
Depreciação acumulada	-	(22.172)	(14.233)	(7)	(183)	(3.574)	(1.360)	(10)	-	(41.539)
Adições	594	-	-	-	-	-	-	321	4.802	5.717
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	-	(349)	(1.539)	(1.888)
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	-	-	10	-	10
Depreciação	-	(1.981)	(1.534)	(2)	(26)	(320)	(152)	(108)	-	(4.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.794	64.357	29.840	4	233	11.556	3.816	213	15.158	129.971
Custo histórico	4.794	88.510	45.607	13	442	15.450	5.328	321	15.158	175.623
Depreciação acumulada	-	(24.153)	(15.767)	(9)	(209)	(3.894)	(1.512)	(108)	-	(45.652)
Taxa média depreciação anual %	-	2,2%	4,0%	14,3%	5,9%	2,1%	2,8%	33,3%	0,0%	

12. INTANGÍVEL

	Direito de Softwares	Outros Intangíveis	Repactuaçã o do risco hidrológico	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>84</u>	<u>1.004</u>	-	<u>1.088</u>
Custo histórico	130	1.004	-	1.134
Amortização acumulada	(46)	-	-	(46)
Amortização	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>63</u>	<u>1.004</u>	-	<u>1.067</u>
Custo histórico	130	1.004	-	1.134
Amortização acumulada	(67)	-	-	(67)
Adições	-	-	7.772	7.772
Baixas custo	-	(453)	-	(453)
Amortização	(21)	-	(163)	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>42</u>	<u>551</u>	<u>7.609</u>	<u>8.202</u>
Custo histórico	130	551	7.772	8.453
Amortização acumulada	(88)	-	(163)	(251)
Taxa média amortização anual %	16,2	-	2,1	-

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, a usina aderiu à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível correspondente ao direito de extensão da concessão no montante de R\$ 7.772, em contrapartida da rubrica de custos operacionais na demonstração do resultado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

13. FORNECEDORES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores	363	223
Partes relacionadas	<u>82</u>	<u>348</u>
	<u>445</u>	<u>571</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo presumido	40.414	36.091	40.414	36.091
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.233	2.887	4.850	4.331
Outras receitas	610	536	610	536
Base de Cálculo	3.843	3.423	5.460	4.867
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(961)	(856)	(491)	(438)
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
Outros efeitos em impostos	88	(47)	66	(36)
IRPJ e CSLL no resultado	(849)	(879)	(425)	(474)

15. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	77	327
Santa Rosa S.A.	5	21
	<u>82</u>	<u>348</u>
Dividendos a pagar:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	7.685	5.458
	<u>7.685</u>	<u>5.458</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Resultado</u>		
Custo na compra de energia elétrica:		
Statkraft Energia do Brasil Ltda. (iii)	(1.536)	(3.975)
	<u>(1.536)</u>	<u>(3.975)</u>
Custo da prestação de serviços:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	(1.162)	(998)
Santa Rosa S.A. (ii)	(28)	(66)
	<u>(1.190)</u>	<u>(1.064)</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	(1.054)	(766)
Santa Rosa S.A.	(1)	-
	<u>(1.055)</u>	<u>(766)</u>
	<u>(3.782)</u>	<u>(5.805)</u>

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da usina: (i) serviços de gerenciamento das atividades de operação firmado com a Statkraft Energias Renováveis S.A.; (ii) serviços de operação e manutenção firmados com as empresas do grupo; e (iii) compra de energia para “hedge” comercial.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

16. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Menos de 1 ano	116	129
Entre 2 e 5 anos	<u>120</u>	<u>269</u>
Total dos pagamentos mínimos	236	398
Encargos financeiros futuros	<u>(22)</u>	<u>(46)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>214</u>	<u>352</u>
Apresentados como:		
Circulante	116	129
Não circulante	98	223

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 10 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	<u>Veículos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	339
Adições	321
Baixas	(339)
Amortização	<u>(108)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>213</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, está representado por 86.371.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,00 cada uma, detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	32.360	22.982
Constituição da reserva legal	<u>(1.618)</u>	<u>(1.149)</u>
Base de cálculo	<u>30.742</u>	<u>21.833</u>
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25
Dividendos propostos	7.685	5.458
Dividendos adicionais	<u>23.542</u>	<u>10.827</u>
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u>31.227</u>	<u>16.285</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,089	0,063
Dividendos adicionais - em R\$	0,273	0,125

A movimentação do saldo da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Em 01 de janeiro de 2020	5.173
Pagamentos realizados	(16.000)
Dividendos adicionais aprovados	10.827
Dividendos mínimos obrigatórios	5.458
Em 31 de dezembro de 2020	5.458
Pagamentos realizados	(29.000)
Dividendos adicionais aprovados	23.542
Dividendos mínimos obrigatórios	7.685
Em 31 de dezembro de 2021	7.685

18. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta		
Venda de energia elétrica contratada	37.680	36.011
Receita de energia do mercado de curto prazo	2.051	3.500
	<u>39.731</u>	<u>39.511</u>
(-) Deduções da receita operacional		
PIS	(249)	(249)
COFINS	(1.150)	(1.152)
	<u>(1.399)</u>	<u>(1.401)</u>
Receita Líquida	<u><u>38.332</u></u>	<u><u>38.110</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra de energia	(3.295)	(5.457)
Repactuação do risco hidrológico *	7.772	-
Depreciação e amortização	(4.306)	(4.075)
Serviços de terceiros	(172)	(193)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.190)	(1.064)
Encargos setoriais	(766)	(663)
Seguros fianças e comissões	(381)	(333)
	<u>(2.338)</u>	<u>(11.785)</u>

* Com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas na nota explicativa 1.1, a Companhia reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica no montante de R\$7.772, o qual teve sua contrapartida reconhecida na rubrica de intangível.

b) Despesas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(2.204)	(2.174)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.055)	(766)
Encargos setoriais	-	(12)
Viagens e estadias	(33)	(218)
Propaganda e publicidade	(44)	(47)
Impostos e taxas	(94)	(52)
Aluguel	(11)	(31)
Seguros fianças e comissões	(467)	(447)
Outros	(74)	(40)
	<u>(3.968)</u>	<u>(3.787)</u>

c) Outras (despesas) e receitas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Danos materiais e lucros cessantes	1.500	3.500
Perdas por baixa de imobilizado	(445)	(2.206)
	19	(19)
	<u>1.074</u>	<u>1.275</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	584	536
Outras Receitas financeiras	6	-
	<u>590</u>	<u>536</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	(20)	(2)
Outras despesas financeiras	(36)	(12)
	<u>(56)</u>	<u>(14)</u>
	534	522

21. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2021 e 2020.

22. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	32.360	22.982
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>86.371</u>	<u>86.371</u>
Lucro por ação	<u>0,375</u>	<u>0,266</u>

23. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada (Nota 9).

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 1). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos.

24. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2022 a 31 de março de 2023.

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2021, como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.772 como direito de extensão da concessão da usina no ativo intangível, o qual teve como contrapartida a recuperação do custo operacional. A Companhia realizou tal atividade de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletida na demonstração dos fluxos de caixa.